



TURISMO E TERRITÓRIO: PLANEJAMENTO TURÍSTICO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO POLO MUNIM, MARANHÃO

Tourism and territory: tourist planning for sustainable development of Polo Munim, Maranhão

Turismo y territorio: turismo de planificación para el desarrollo sostenible de Polo Munim, Maranhão

Edilana Wasney Vieira¹

Antônio José de Araújo Ferreira²

Danillo José Salazar Serra³

RESUMO

Por meio de análises com base nos conceitos oriundos da geografia, destaca-se a importância do território no planejamento turístico para o desenvolvimento sustentável. A cognição e análise dessas territorialidades auxiliam no planejamento e distribuição das atividades turísticas, principalmente das que utilizam áreas naturais protegidas ou ambientes com fragilidade inerente ao uso público. O artigo objetiva investigar as relações entre "turismo e território", através de uma discussão a partir da análise do planejamento turístico sustentável no Polo Munim, englobando o planejamento estratégico adotado com base no Plano Maior. Procurou-se ainda discutir a importância do planejamento estratégico territorial para o turismo, o papel das políticas públicas no ordenamento territorial desta atividade.

Palavras-chave: Gestão territorial. Gestão Turística. Plano Maior.

ABSTRACT

Through analysis based on concepts from geography, it highlights the importance of the territory in the tourist planning for sustainable development. Cognition and analysis of territoriality assist in the planning and distribution of tourist activities, especially those using natural protected areas or environments with fragility inherent to the public use. The paper aims to investigate the relationship between "tourism and territory" through a discussion based on the analysis of sustainable tourism planning at the Polo Munim, encompassing strategic planning adopted based on the Greater Plan. We sought to further discuss the importance of territorial strategic planning for tourism, the role of public policies in land use of this activity.

Keywords: Territorial management. Tourism Management. Greater Plan.

RESUMEM

A través del análisis basado en los conceptos de geografía, que pone de relieve la importancia del territorio en la planificación turística para el desarrollo sostenible. La cognición y el análisis de la territorialidad ayudan en la planificación y la distribución de las actividades turísticas, especialmente aquellos que utilizan áreas o entornos naturales protegidas con la fragilidad inherentes al uso público. El documento tiene como objetivo

¹ Geógrafa. Mestranda em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço – PPGeo, pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Email: edilanawasney@hotmail.com

² Professor Doutor Adjunto do Departamento de Geociências da Universidade Federal do Maranhão Vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia/UEMA. Email: antonio.jaf@ufma.br

³ Geógrafo. Mestrando em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço – PPGeo, pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Email: djss206@hotmail.com



investigar la relación entre el " turismo y territorio " a través de una discusión basada en el análisis de la planificación del turismo sostenible en la planificación estratégica que abarca Polo Munim, adoptarse con base en el Plan Mayor. Además, se solicitó a discutir la importancia de la planificación estratégica territorial para el turismo, el papel de las políticas de uso del suelo en esta actividad.

Palabras-clave: Gestión del territorio. Gestión de Turismo. Plan mayor.

INTRODUÇÃO

O território é uma das categorias geográficas mais importantes para entendimento do espaço e das relações que nele existem, sendo que por isso autores como Raffestin (1993), Santos (1998), Cunha (1996), Cruz (2005) e Ferreira (2014) conceituam, refletem e/ ou têm feito esforços para analisar sua aplicabilidade. Neste caso, é possível relacionar o turismo com conceitos e categorias geográficas, como exemplo, o território, o qual é importante para entendimento do espaço e das relações que nele existem. Nesse contexto, Cruz (2005) explica que o uso do território implica na análise de sua configuração, constituição e apropriação ao longo do tempo, assim evidenciados a partir do dinamismo econômico-social e da infraestrutura existente.

Milton Santos (1985), afirma que a sucessão de meios geográficos nos permite contar a história do território e seu uso, território usado, sinônimo de espaço geográfico. Ademais, deve-se ressaltar o que é entendido por território usado. De acordo com Santos (2005), o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Focalizando-se nas reflexões sobre turismo e território, a intenção é perpassar por esses conceitos, incluindo as apreciações necessárias para as discussões envolvendo as territorialidades decorrentes do turismo. Muitas são as atividades econômicas que podem influenciar no domínio e uso do território, como o é caso do turismo tratado aqui como elemento principal da análise.

A almejada aplicabilidade em termos de análise será centrada no Polo Turístico Munim, que foi criado e passou a fazer parte do Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo do Estado do Maranhão (Plano Maior), a partir de 2009; isto, por possuir um grande potencial para o segmento ecológico (turismo de aventura e ecoturismo), pretendendo facilitar o desenvolvimento a partir das peculiaridades e diversidades da "região", sustentadas nas riquezas naturais, culturais e históricas. É formado pelos municípios de Axixá, Bacabeira, Cachoeira Grande, Icatu, Morros, Presidente Juscelino e Rosário. Está estrategicamente posicionado entre dois mais importantes polos turísticos do Maranhão, isto é, o Polo São Luís e o Polo Lençóis Maranhenses (MARANHÃO, 2012). Entre essas municipalidades, a mais antiga remonta a 1688 (Icatu) enquanto as mais recentes foram instituídas em 1994 e desde o final de 2015 integram a Região Metropolitana da Grande São Luís, sendo que em seu interior há comunidades quilombolas, projetos de assentamento, ribeirinhos e unidades de conservação, além de diversos usos que historicamente revelam conflitos. O turismo, assim, impõe novos valores e usos no agora Polo Munim.



METODOLOGIA

O método utilizado para a realização da presente pesquisa foi o indutivo através de pesquisa exploratória. De acordo com Gil (1999), considera que a pesquisa exploratória tem como objetivo principal desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Segundo o autor, estes tipos de pesquisas são os que apresentam menor rigidez no planejamento, pois são planejadas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato.

Em gabinete foi organizado e elaborado um banco de dados com as informações pesquisadas nas fontes bibliográficas e de campo. Os procedimentos metodológicos utilizados nessa pesquisa foram:

a) levantamento bibliográfico (incluindo periódicos, livros, monografias, dissertações e teses) acerca da relação turismo e uso do território, assim como sobre o Polo Munim;

b) levantamento cartográfico com o propósito de se analisar a espacialização da infraestrutura existente; levantamento documental em que foram priorizados os oficiais, a exemplo do Plano Maior (2000 e 2011), Censo do IBGE (2010) e Relatórios de Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) do IMESC (2009-2010);

c) realização de duas etapas de trabalho de campo, sendo uma no segundo semestre de 2014 abrangendo os municípios do referido polo; e outra no primeiro de 2016, a fim de se proceder à observação direta intensiva e registro fotográfico;

d) realização de 10 (dez) entrevistas não padronizadas com representantes das secretarias de turismo, meio ambiente, associações, empresários;

e) seleção, análise e interpretação dos dados e informações obtidos.

USO DO TERRITÓRIO E O TURISMO

O turismo é um dos fenômenos mais dinâmicos da sociedade, com forte incidência na (re)produção, transformação e organização do território/ espaço. Segundo Raffestin (1993) o território possui caráter administrativo e político, sendo nele realizadas ações de poder, sua característica principal. Por fazer uso do espaço, o turismo tem como principal objetivo o consumo do mesmo, e encontra na Geografia conceitos e categorias capazes de proporcionar um entendimento abrangente das diferentes relações que se estabelecem nessa prática social. O vínculo entre turismo e a Geografia pode ser percebido, pois:

O turismo é um processo que interessa à sociedade e à natureza, e, por essa razão, está vinculado de forma muito estreita aos objetivos da Geografia enquanto ciência que se propõe a interpretar os arranjos espaciais da superfície terrestre e a decodificar toda a complexidade de seu dinamismo. (CONTI, 2003, p. 68)



A abordagem geográfica e territorial do turismo fornece subsídios para uma melhor compreensão dos processos de produção, organização do espaço e organização social, em que sua dinâmica no uso do território intensifica e amplia ainda mais as possibilidades de análise.

De acordo com Haesbaert (2002) o território pode ser dividido em três dimensões definidas por seu caráter administrativo-político, cultural e econômico; assim, estes três elementos são “integrados num mesmo conjunto de relações sócio-espaciais” (HAESBAERT, 2002, p. 38). Em suas diversas expressões, o território enfoca sua dinâmica como uma prática social e a atividade econômica relacionada a diversos fatores e situações em um dado momento se materializam como mais um vetor da produção e transformação do espaço.

A produção do espaço é um processo no qual as diversas relações sociais se estabelecem a partir de interesses de agentes, cujas estratégias e conteúdo culminam no dinamismo que conta a própria história dos lugares; desta forma, é concebida na totalidade que as envolve a produção do espaço, já que “uma formação sócio-espacial é fruto de do processo social e histórico de produção do espaço” (CRUZ, 2007, p. 9). O turismo, neste contexto, é mais um dos elementos constitutivos desta complexidade. Na formação sócio-espacial materializa-se a compreensão do mundo, uma vez que:

Fora dos lugares, produtos, inovações, populações, dinheiro, por mais concretos que pareçam são abstrações. A definição conjunta e individual de cada qual depende de uma dada localização. Por isso a formação sócio espacial e não o modo de produção constitui o instrumento adequado para entender a história e o presente de um país. Cada atividade é uma manifestação do fenômeno social total. E o seu efetivo valor somente dado pelo lugar em que se manifesta, juntamente com outras atividades. (SANTOS, 1996, p.107, apud CRUZ, 2007, p. 9)

De acordo com Santos (1985) apud Bordo; Silva et al (2004, p. 7) “a periodização da história é que define como será organizado o território, ou seja, o que será o território e como serão as suas configurações econômicas, políticas e sociais”. Faz parte do contexto da prática social, o que significa que seu foco muda com o rumo da história.

Como descreve Luchiari (2004), o turismo transforma o valor de uso do território em valor de troca. O consumidor do espaço, o turismo, e que geralmente faz uso não somente da visão contemplativa da paisagem, como também dos elementos constitutivos do território, incluindo as pessoas. Trata-se da categoria “território usado”, sinônimo de espaço geográfico e porções do espaço que são efetivamente usados pela sociedade. Segundo Santos (1994), o espaço geográfico ou território usado, possui diversos fatores de análise e mudanças no decorrer do tempo, onde agentes viabilizam determinadas atividades e seus objetivos.

Ao considerar o uso do território e turismo, deve-se levar em conta que:

(...) a intensificação do uso do território de dada porção do espaço geográfico leva a introdução, multiplicação e, em geral, concentração espacial de objetos cuja função é dada pelo desenvolvimento da atividade. Entre esses objetos, destacam-se os meios de hospedagem, os equipamentos de restauração e de prestação de serviços e a infraestrutura de lazer (CRUZ, 2003, p. 12)

Percebe-se desta forma que a relação entre turismo, espaço e território depende imprescindivelmente das estruturas composta pelos equipamentos turísticos. A atividade ligada ao turismo tem impulsionado o crescimento econômico e como consequência depende da infraestrutura local para sua prática. A Geografia tende a estudar cada vez as relações do território ao longo da história com novas configurações e (re)produções oriundas da atividade turística, tendo em vista:

(...) a relevância social, política, cultural e econômica que esta atividade ganhou nos últimos tempos. Além de ser um grande elemento que pode permitir o desenvolvimento econômico de regiões, o que é pertinente aos estudos geográficos, é entendido como uma necessidade social imposta pelos atuais padrões de sociabilidade, refletindo seu caráter político e cultural, tornando-o objeto de estudo importante para a geografia. No entanto, destacamos como o principal fator para o crescimento dos estudos geográficos, o caráter espacial desta atividade (SILVA, 2012, p. 48)

Essa atividade seria então uma forma de erradicação da pobreza e miséria dos habitantes que recebem o turista, já que tem como objetivo impulsionar o comércio local e gerar emprego e renda, mas gera desigualdades e ganho de capital para empresários que em sua maioria não é oriunda das regiões visitadas. Nesse contexto a Geografia começou a discutir sobre o planejamento turístico e a utilização do espaço geográfico para o surgimento e crescimento dessa atividade. Observa-se assim, a importância de entender o processo de produção do espaço e as relações nele existentes, priorizando as relações sociais e atividades econômicas que podem influenciar no domínio, uso e produção desse território, como é o caso do turismo tratado aqui como elemento principal da análise.

PLANEJAMENTO TURISTICO

A prioridade do turismo como atividade econômica no País remonta a 1962, em que a extinta Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR) foi instituída como objetivo de conhecer e estruturar o mesmo; essa comissão foi aperfeiçoada e resultou na criação, em 1966, da EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo - Decreto Lei nº 55) que teve como foco principal o planejamento estratégico do turismo, por meio de diversas instituições sendo que até então a citada atividade não representava uma fonte considerável de renda para o Brasil. Percebeu-se a preocupação na melhoria dos serviços e promoção dos diversos atrativos



como forma de atrair mais turistas e como medida para dinamizar a economia e tornar o País como um dos principais receptores do mundo.

Em 1991, a EMBRATUR apresentou o Plano Nacional de Turismo (PLANTUR), que estabeleceu que os setores público e privado tivessem uma conduta a ser seguida e crescer de acordo com as diretrizes estabelecidas. Em 1994 o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) priorizou o processo de descentralização administrativa do turismo com ênfase no local, através da valorização das populações locais, com destaque para os municípios, ressaltando essa atividade como fator econômico e como fonte de renda extra e geração de emprego, visando à qualidade de vida e a preservação dos recursos locais (SANTOS; TEIXEIRA, 2009).

O produto turístico nacional caracteriza-se por oferecer tanto ao turista brasileiro quanto ao estrangeiro uma gama de opções, com destaque aos atrativos naturais, aventura e histórico cultural.

Nos últimos anos, o governo federal tem concentrado esforços em políticas públicas para o turismo brasileiro, procurando baratear o deslocamento interno, desenvolvendo infraestrutura turística e capacitando mão de obra para o setor, além de aumentar consideravelmente a divulgação e demanda de turistas do exterior. A legislação geral não atende às necessidades do desenvolvimento do turismo das mais variadas localidades que o país possui, tornando assim necessário formular leis e regulamentos específicos que privilegiem o papel do turismo em todos os campos da vida econômica, social, cultural e política, dando-lhe prestígio como atividade e, em consequência, atraindo gente jovem e competente para o setor.

Foi em decorrência dessa retomada do planejamento na escala da União, que o governo do estado apresentou o Plano Estratégico de Turismo do Maranhão, em 2000, o qual enfatiza as potencialidades turísticas como um instrumento da política pública com intuito de promover o desenvolvimento local e regional. Como documentos de políticas públicas têm-se os planos, os programas e os projetos. Os dois últimos se constituem em unidades menores que servem para detalhar o plano, que é um produto de maiores proporções. Já os programas correspondem a um conjunto de projetos que concretizam o plano, tornando-o mais operacional; nos projetos se concretiza o processo alcançando os objetivos (BENI, 2006).

O governo do estado referido lançou duas versões do Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo do Maranhão, cuja primeira é de 2000 e a segunda remonta a 2011, com o intuito de desenvolver atividades sustentáveis a fim de minimizar a pobreza. Em tais versões:

Os objetivos do Plano referem-se ao desenvolvimento turístico sustentável que por sua vez, está calcado em quatro pilares: (i) turista satisfeito; (ii) retorno dos investimentos; (iii) mínimos impactos culturais e ambientais negativos e (iv) cidadão satisfeito. No Plano Maior destacam-se as seguintes metas: alcançar um nível de qualidade turística coerente com a liderança desejada (em números de turistas), conscientizar a sociedade quanto aos benefícios sociais do turismo de qualidade, criar uma imagem turística do Maranhão e aumentar o fluxo turístico. (MARANHÃO, 2000)

O Plano Maior (2000) foi criado com o propósito de formular as metas a longo e curto prazo com base na ideia central do desenvolvimento turístico do Maranhão, assim como “vender” o Maranhão. Estes planos foram influenciados por um macroprograma - Plano Nacional de Turismo (PNT 2007/2010), que é um programa de gestão voltado para capacitar municípios interessados na gestão local da atividade turística. Devia, assim, ser seguido de forma que atendessem a todos os pilares para o desenvolvimento de uma atividade turística focada, não apenas em capital, mas que também venha a ser referência em turismo sustentável onde o turista fique satisfeito com a atividade oferecida pelo município; que gere retorno dos investimentos aplicados para o município, mas também para a população que trabalha com o meio; que de forma sustentável as características ambientais sejam preservadas e a cultura local ganhe ênfase; e que o cidadão tanto participante da atividade como trabalhador e turista sintam-se satisfeito com o projeto de implementação do plano maior.

Na primeira edição do Plano Maior, no ano 2000, foram criadas três etapas a serem seguidas: 1) Diagnóstico (foram catalogados 149 atrativos turísticos no estado); 2) Definição das estratégias (informações necessárias para estratégias de promoção turística); 3) Estruturação e consolidação (organização e melhoria na infraestrutura dos polos dentro do contexto nacional).

Na versão do Plano Maior 2020, apresentada em 2011, segmentaram-se as localidades por temas: turismo de aventura; cultura; ecoturismo; entretenimento; praias; negócios; turismo histórico; e náutico. Estimou-se que a atividade turística nesse estado cresceria no mínimo de 10% e previa-se a entrada de 2,6 milhões de turistas no Maranhão até 2014 (MARANHÃO, 2011).

Para tanto, o Plano Maior de 2020 identificou o papel de cada um desses polos no composto turístico do Maranhão, estabelecendo prioridades e caminhos para seu desenvolvimento com foco da realidade atual e nas principais tendências de mercado.

Quanto aos objetivos gerais do Plano Maior 2020, destaca-se o de:

Alcançar um nível de qualidade turística coerente com a liderança desejada; Comportar o envolvimento da comunidade de forma que a mesma possa se beneficiar do turismo de qualidade; Consolidar uma imagem turística do Maranhão e de seus Polos no mercado de interesse; Prover força competitiva ao Maranhão ao mercado turístico; Aumento sustentável do fluxo de turismo; Aumentar em maior escala, as receitas geradas pelo turismo. (MARANHÃO, 2011, p. 178)

Os objetivos gerais do Plano Maior são traçados a partir de um modelo que busca o desenvolvimento dos polos, assim como a estratégia de produtos. O modelo prioriza o turismo de qualidade sendo dirigido por valores de mercado de forma a gerar benefícios efetivos por meio da atividade turística, permitindo assim, encontrar soluções às questões socioambientais e econômicas que afetam o setor turístico e as comunidades diretamente envolvidas. Assim como os objetivos, as metas também seguem a mesma linha de raciocínio, que segundo o Plano Maior 2020 é:



Aumento real e significativo dos grupos de turistas que se hospedam em meios de hospedagem regulares, em especial hotéis e pousadas; Deve ser estimulado o crescimento sistemático da taxa de ocupação hoteleira, como o melhor aproveitamento dos períodos de baixa temporada; Manutenção do crescimento de oferta hoteleira, sobretudo em São Luís, propiciada por novos investimentos privados no setor (MARANHÃO, 2011, p. 179)

É nesse contexto, que o desenvolvimento turístico previsto seria através das características próprias de cada município inserido nos polos turísticos. Primeiramente foram criados cinco polos que serviram para dinamizá-los e concentrar as atividades turísticas: São Luís; Parque dos Lençóis; Delta das Américas; Chapada das Mesas e Florestas dos Guarás (Plano Maior 2000-2010). E posteriormente no Plano Maior de 2020 foram criados mais cinco: o Munim; Lagos e Campos Floridos; Amazônia Maranhense; Serras, Guajajaras, Timbira e Kanela; e Cocais. Assim, atualmente o estado do Maranhão possui um total de dez polos turísticos.

O PLANEJAMENTO À LUZ DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A busca desenfreada pela industrialização e pelo desenvolvimento econômico levou a maioria dos países do mundo a concentrar seus esforços na promoção do crescimento que era visto como meio e fim de um processo inevitável. O desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve incluir:

As alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia) (VASCONCELLOS e GARCIA, 1998, p. 205)

Embora a distinção entre crescimento e desenvolvimento econômico seja relativamente simples, as discussões acerca dessa aplicabilidade não são consensuais. O crescimento econômico é comumente medido pela variação do Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma das riquezas produzidas por um país num determinado período de tempo. Sob o prisma econômico do desenvolvimento: aumento do fluxo de renda real, isto é, incremento na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo à disposição de determinada coletividade (FURTADO, 1961, p.115-116). O desenvolvimento está relacionado à diversificação do sistema industrial e a homogeneização dos padrões de consumo.

Nesse sentido, Celso Furtado afirma que:

O verdadeiro desenvolvimento é, principalmente, um processo de ativação e canalização das forças sociais, de melhoria da capacidade associativa, de exercício da iniciativa e da criatividade. Portanto, trata-se de um processo social e cultural, e apenas secundariamente econômico. O desenvolvimento ocorre, na sociedade, se manifesta uma energia capaz de canalizar, de forma convergente, forças que estavam latentes ou dispersas. Uma verdadeira política de desenvolvimento terá que ser a expressão das preocupações e das

aspirações dos grupos sociais que tomam consciência de seus problemas e se empenham em resolvê-los (FURTADO, 1961, apud HADDAD, 2001, p.11)

Milone (1998) defende que para se caracterizar o desenvolvimento econômico deve-se observar ao longo do tempo a existência de variação positiva de crescimento econômico, medido pelos indicadores de renda, renda per capita, PIB e PIB per capita, de redução dos níveis de pobreza, desemprego e desigualdade e melhoria dos níveis de saúde, nutrição, educação, moradia e transporte.

Assim, com a finalidade de deixar clara a diferença entre esses termos, ratifica-se que o crescimento econômico é a ampliação quantitativa da produção. Já o conceito de desenvolvimento é mais amplo e engloba o de crescimento econômico. Dentro desse conceito, o importante não é apenas a magnitude da expansão da produção representada pela evolução do PIB, mas também a natureza e a qualidade desse crescimento (GREMAUD, 2006). O conceito de desenvolvimento é mais abrangente e refere-se como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Pensar em desenvolvimento é, antes de qualquer coisa, pensar em distribuição de renda, saúde, educação, meio ambiente, liberdade, lazer, dentre outras variáveis que podem afetar a qualidade de vida da sociedade.

A preocupação com a degradação ambiental provocada pelo crescimento econômico desordenado deu ensejo ao termo “desenvolvimento sustentável”, que surgiu quando se percebeu que a referida degradação está intimamente relacionada com a queda na qualidade de vida. Esta relação entre o meio ambiente e o desenvolvimento econômico tornou-se, então, motivo de preocupação para o turismo, já que utiliza o ambiente como produto.

Por ser um grande propulsor da economia na atualidade, o turismo traz consigo uma variedade de impactos, com efeitos tantos positivos como negativos para uma sociedade e o meio ambiente. Muitos impactos são induzidos pelo crescimento dessa atividade, uma vez que a construção de infraestruturas gerais diretamente ligadas ao setor (estradas, aeroportos, hotéis, *resorts*, etc.), o ambiente poderá ser afetado negativamente.

A gestão e o desenvolvimento sustentável do turismo é possível a todas as formas, inclusive ao turismo de massa. Mas para que isso aconteça, os princípios de sustentabilidade aplicados ao desenvolvimento do turismo devem atender as dimensões ambientais, econômicas e socioculturais de forma equilibrada e a longo prazo. Para que isso ocorra, segundo Pires (2012), o turismo sustentável deve:

Otimizar, porém não maximizar a utilização dos recursos ambientais que constituem um elemento fundamental no desenvolvimento do turismo, mantendo os processos ecológicos essenciais e ajudando a conservar o patrimônio natural e a biodiversidade. Respeitar a autenticidade sociocultural das comunidades receptoras e conservar seu patrimônio construído, sua cultura e seus valores tradicionais. O turismo sustentável deve ainda

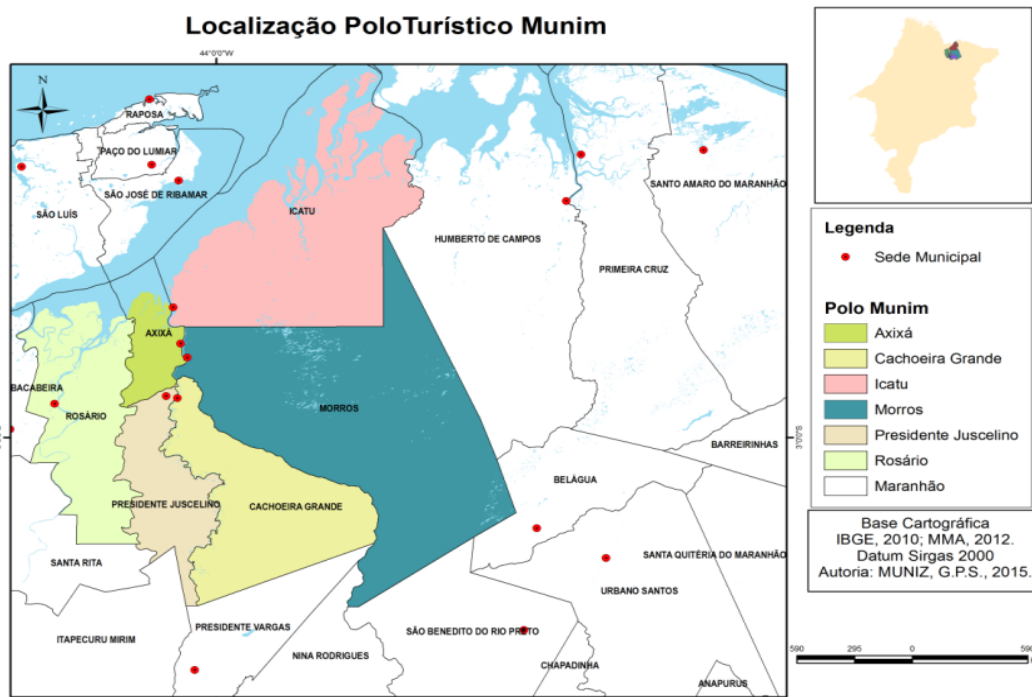
contribuir para a aproximação intercultural entre turistas e anfitriões e para a tolerância recíproca. Viabilizar as operações econômicas de longo prazo que proporcionem benefícios socioeconômicos para todos os interessados, bem como sua distribuição de forma justa. Viabilizar ainda o emprego estável e as possibilidades de geração de renda e serviços sociais às comunidades receptoras, contribuindo para a redução da pobreza. (PIRES, 2012, p.183)

Para que o turismo sustentável ocorra é necessário a participação contínua com monitoramento dos impactos, o que é o principal desafio aos governantes e todos os demais setores envolvidos, e conscientização de todos os interessados. Diante dessa perspectiva e com base nos princípios de sustentabilidade, o turismo também pode ser um aliado para a conservação e proteção do meio ambiente por meio da consciência ambiental, sensibilização e educação ambiental tanto de quem utiliza o ambiente como produto econômico, mas também a quem o utiliza como lazer.

CONTEXTUALIZANDO O POLO MUNIM, MARANHÃO.

O Polo Munim (Figura 1) é composto pelos municípios de Axixá, Cachoeira Grande, Icatu, Morros, Presidente Juscelino e Rosário; passou a fazer parte do Plano Maior a contar de 2009 e possui grande potencial turístico ecológico (turismo de aventura e ecoturismo). A nomeação do polo é referência ao rio Munim, que passa pelos municípios de Morros, Axixá e se mistura às águas salgadas da Baía de São José no município de Icatu, integrando o Golfão Maranhense.

Figura 1. Mapa de Localização do Polo Munim – MA, Brasil.



Fonte: IBGE 2012. Adaptação: MUNIZ, G.P.S, 2015

O “portal de entrada” da “região”, no entanto, é o baixo rio Munim, com suas características de transição do Cerrado para a Amazônia e afluentes de águas cristalinas, corredeiras e pequenas cachoeiras como os rios Una, Arruda e Boqueirão, nos municípios de Morros, Icatu e Axixá. Os rios Munim e Una são os protagonistas da natureza da “região”, e em seus leitos de areia fina, formam diversos balneários frequentados para banho (MARANHÃO, 2012).

Tendo em vista que o polo Munim possui grande potencial turístico ecológico (turismo de aventura e ecoturismo), como o Polo Munim, é necessário que haja um planejamento que atuará no desenvolvimento de políticas públicas no mesmo. O planejamento de turismo subentende um conceito fundamental, pois:

“É um sistema inter-relacionado de fatores da oferta e da demanda. Os fatores da demanda são os mercados de turismo internacional e doméstico que utilizam atrativos, equipamentos e serviços turísticos. Os fatores da oferta compreendem atrativos e atividades turísticas, alojamentos e outros equipamentos e serviços. Os atrativos turísticos são os aspectos característicos do local e seus respectivos diferenciais turísticos, e todas as atividades desenvolvidas em função deles. Os fatores da oferta turística, em seu conjunto, podem ser denominados de produto turístico” (BENI, 1999, p.8)

O planejamento do turismo faz com que o governo se envolva diretamente no processo de desenvolvimento do setor e cria um clima de confiança, certeza e estabilidade que vem beneficiar, a um só tempo, o empresariado do setor e os turistas. Os fatores de demanda são um estímulo para o crescimento do setor com a dotação de infraestrutura, emprego, aumento do PIB, produção de artesanato nas comunidades

envolvidas, comercialização, dentre outros fatores, que conseqüentemente refletem-se na melhora da qualidade de vida das comunidades.

Ao identificar os atrativos turísticos e o papel de cada polo, o Plano Maior 2020 estabelece caminhos e prioridades para o desenvolvimento turístico com foco na realidade atual e nas principais tendências de mercado para a próxima década.

O planejamento, a gestão, o controle e o monitoramento bem desenvolvidos do turismo são fundamentais para a interação entre turista e o ambiente receptor. Porém, dois dos seis municípios que compõe tal polo, Cachoeira Grande e Presidente Juscelino, não possuem secretarias de turismo, o que dificulta qualquer tipo de desenvolvimento e apoio a essa atividade.

A ausência de projetos para o turismo, o descaso com a população faz com que muitos recorram ao turismo de base comunitária sem que necessariamente exista apoio municipal. Esse é o caso que acontece na Cachoeira do Boqueirão, localizada no município de Icatu (Figura 02).

Figura 02: Cachoeira do Boqueirão em Icatu - MA



Fonte: VIEIRA (2015)

As visitas/ usos na cachoeira do Boqueirão desenvolvem-se de forma espontânea, pois não recebe apoio da Secretaria de Turismo do Município de Icatu. A falta do planejamento turístico acaba por provocar vários problemas, entre eles, o grande fluxo de visitantes na área gera resíduos sólidos que não são coletados de forma seletiva, o que não é mais agravado porque um morador da comunidade quilombola em que se insere esse atrativo fica responsável por coletar os mesmos. A estrada em direção à cachoeira, ainda

permanece sem pavimentação, o que qualifica o lugar e, contraditoriamente, desfavorece o acesso à cachoeira devido à falta de infraestrutura. Essa precariedade de acesso também é encontrada na Praia de Santa Maria, outra potencialidade turística do município de Icatu.

Em relação aos atrativos históricos, pode-se citar as ruínas do Forte do Calvário, no município de Rosário (Figura 03). Esse Forte é apontado com uma das potencialidades, porém a falta de conservação do local deixou o prédio às ruínas. Não só a má conservação, mas o acesso até esse forte não possui sinalização turística e muito menos a pavimentação da estrada que dá acesso. O Roteiro Integrado Náutico do Munim, proposto para desenvolver o turismo náutico no polo, seria uma alternativa para a exploração da atividade turística, porém a descontinuidade dos projetos turísticos fez com que o Roteiro não fosse concretizado.

Figura 03. Forte do Calvário em Rosário - MA



Fonte: VIEIRA (2015)

Outra problemática encontrada no município de Rosário, às margens do Rio Itapecuru, e no município de Axixá, às margens do Rio Munim, são os elevados índices de desmatamento e queimadas, desordenada extração mineral, ocupação das margens dos rios e despejo de esgoto in natura. Da mesma forma que o lixo, quando não tem seu destino final depositado de forma correta, gerando doenças e tornando a localidade

vulnerável por parte de potenciais visitantes; a ausência de saneamento básico também é um fator relevante, pois compromete tanto a saúde da população residente quanto a dos visitantes ou até mesmo por possíveis redes de comércio ou hospedagem com interesse de se instalar no local.

O município de Morros tem um forte potencial para o ecoturismo devido ao grande número de atrativos naturais. Dos seis municípios que compõem o Polo Munim, Morros é o que possui a atividade turística em maior desenvolvimento. O principal atrativo é Rio Una (Figura 04), que tem seu leito formado em alguns trechos de rochas e pedras; e as margens são compostas de vegetação de mata fechada com grande quantidade de juçarais. Porém, assim como os demais municípios, o mesmo sofre com a falta de infraestrutura e gestão municipal dos recursos de uso turístico.

Figura 04. Balneário do Rio Uma, Morros



Fonte: VIEIRA (2015)

A construção desordenada de residências, pousadas e bares tem intensificado a perda da vegetação e assoreamento do leito do rio. O grande fluxo de visitantes sem o devido planejamento nas “áreas de banho” também causa sérios problemas na degradação do leito dos rios e pela quantidade de lixo depositada nas

margens sem a devida destinação dos resíduos. São facilmente identificados os crimes ambientais advindos da errônea utilização do rio em atividade turística, quase totalmente predatória, descaracterizando a beleza local.

O turismo oferece oportunidades de solucionar e combater a pobreza através da geração de renda e de novos postos de emprego para a população local, mas depende da vontade política (CORIOLANO, 2006); alguns problemas em relação à aplicação das políticas para o turismo nesse polo estão relacionados aos gestores dos municípios. A falta de acompanhamento da atividade turística por parte dos gestores acaba por dificultar o ordenamento da mesma e não auxiliam a população na organização para receber o turista, assim como não aplicam o que vem sendo determinado pelos planos e projetos voltados para o turismo.

Destaca-se que os municípios que compõem o Polo referido, por mais que sofram com problemas que permanecem e/ ou têm sido incrementados em decorrência da falta e/ ou precariedade de políticas públicas que atendam às necessidades básicas e sem a efetiva implantação do Plano Maior, almejam à efetivação da atividade como forma de obtenção de renda para o desenvolvimento da população.

As abordagens que resultam do interesse e da preocupação em conceber o turismo sob a ótica do desenvolvimento sustentável, bem como os seus desdobramentos socioeconômicos e ambientais, sob a averiguação da sustentabilidade estão muito longe de se tornar realidade, já que o Polo não conta com nenhum tipo de planejamento turístico e muito menos uma gestão voltada à sustentabilidade. Por isso, o planejamento continua sendo a chave para se efetivar as potencialidades turísticas do Polo Munim.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A finalidade das políticas públicas para o desenvolvimento e gerenciamento do setor turístico instiga gestores privados e comunidade a verem no turismo, oportunidades antes não imaginadas (emprego, divulgação da cultura, renda etc.). A criação do Polo Munim facilita o desenvolvimento do turismo a partir das peculiaridades e diversidades da “região”, aproveitando assim as riquezas naturais, culturais e históricas, que são potencialidades e podem, se houver efetivação de planejamento, concorrer para melhorar a qualidade de vida da população.

O planejamento do turismo faz com que o governo se envolva diretamente no processo de desenvolvimento do setor e cria um clima de confiança, certeza e estabilidade que vem beneficiar, a um só tempo, o empresariado do setor e os turistas. Os fatores de demanda são um estímulo para o crescimento do setor com a dotação de infraestrutura, emprego, aumento do PIB, produção de artesanato nas comunidades envolvidas, comercialização, dentre outros fatores, que conseqüentemente refletem-se na melhora da qualidade de vida das comunidades.

Os dados obtidos com a pesquisa favorecem a compreensão do cenário de inúmeras potencialidades, porém, o turismo enquanto ferramenta de desenvolvimento ainda não se materializou no polo analisado, embora a atividade ainda seja defendida pelo Plano Maior e desejada pela comunidade como alternativa para a geração de renda e melhoria da qualidade de vida.

Diante do exposto, este artigo resultou no esclarecimento referente à geografia e uso do território e às políticas de turismo que vêm se desenvolvendo no Polo Munim. O Poder Público não deve permitir que o turismo seja inserido em uma localidade apenas com a intenção de melhorá-la, pois o processo deve ser inverso: primeiro melhora-se a estrutura para depois recebê-lo. Tal concepção, no entanto, parece ser de difícil assimilação!

A atividade turística, assim, deve ser interpretada e planejada adequadamente o que pressupõe interesse conjugado tanto público quanto da comunidade envolvida, de maneira que políticas públicas instituídas para efetivar tal atividade, proporcionando benefícios que contemplem a todos os envolvidos na cadeia produtiva em apreço.

O desenvolvimento sustentável do turismo provoca o desafio da sua aplicação numa forma de desenvolvimento mais responsável, direcionando a sua abordagem ao planejamento futuro, com esforços de todos os setores envolvidos. A abordagem que deve ser dada ao turismo sustentável é a de direcioná-lo ao planejamento e gestão futura, com esforços sistemáticos para consolidação de melhores condições na qualidade de vida de comunidades locais, na organização econômica e na conservação do meio ambiente.

Para se consolidar como atividade responsável e ambientalmente adequada, é necessário conciliar o planejamento turístico integrado ao desenvolvimento, envolvendo a participação ativa da população local e da gestão municipal e estadual, tanto no processo de definição dos objetivos, como na elaboração de instrumentos, procedimentos e de indicadores para análise da sustentabilidade e gestão do desenvolvimento local do turismo sustentável.

REFERÊNCIAS

ALVES, Flamorion Dutra; SALES, Elias Júnior Cârama Gomes. **O Estudo do Turismo na Ciência Geográfica: Propostas Teórico- Metodológicas**. Anais do VI Seminário de pesquisa em turismo do Mercosul. Caxias do Sul- RS, 2010. ISSN 1806-0447. 11p.

BENI, M. C. **Política e estratégia do desenvolvimento regional: planejamento integrado e sustentável do turismo**. Turismo em Análise, v. 8, n. 1, p. 8, 1999.

BENI, M. C. **Política e Planejamento de Turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BORDO, A. A; SILVA, C.H.P et al. **As diferentes abordagens do conceito de território**. FCT/UNESP, 2004. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAFQ0kAB/as-diferentes-abordagens-conceito-territorio/> Acesso em: 20 de janeiro de 2016.



Volume Especial da Revista da Casa da Geografia de Sobral, Sobral/CE, em parceria com o V Congresso Brasileiro de Educação Ambiental Aplicada à Gestão Territorial, v. 18, n. 2, p. 100-117, Set. 2016, <http://uvanet.br/rcgs>. ISSN 2316-8056 © 1999. Universidade Estadual Vale do Acaraú. Todos os direitos reservados.

- CRUZ, Rita de Cássia Arizada. **Geografias do turismo – de lugares a pseudo-lugares**. São Paulo: Roca, 2007. 140 p.
- CRUZ, Rita de Cássia Arizada. **Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado**. Revista Geosul, Florianópolis, v. 20, n. 40, p. 27-43, jul./dez. 2005.
- CRUZ, Rita de Cássia Arizada. **Introdução à Geografia do Turismo**. 2. ed. São Paulo: ROCA, 2003.
- CONTI, J.B. Ecoturismo, paisagem e geografia. In: RODRIGUES, Adyr A. Balastri (Org.). **Ecoturismo no Brasil: Possibilidades e limites**. SÃO PAULO: Contexto, 2003.
- CORIO, Luzia Neide Menezes Teixeira. **O Turismo nos discursos, nas políticas e no combate a pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.
- FERREIRA, Antônio José de Araújo. **A produção do espaço urbano em São Luís do Maranhão: passado e presente; há futuro?** São Luís: EDUFMA, 2014
- FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marcos Antonio Sandoval de; TONETO JR., Rudinei. **Economia Brasileira Contemporânea**. – 6ª Ed. – 2ª reimpressão – São Paulo: Atlas, 2006.
- HAESBAERT, Rogério. **A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda**. Terra Livre, São Paulo, v. 1, n. 18, jan. /jun. 2002, p. 37- 46.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo 2010**. Disponível em: www.ibge.gov.br/ Acesso em: 24 de janeiro de 2016.
- _____. **Síntese de informações municipais**. 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/uf.php?coduf=21> Acesso em: 24 de janeiro de 2016.
- LUCHIARI, M. Tereza D. P. Urbanização Turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo. In: SERRANO, Célia; TURINI, Heloísa B; LUCHIARI, Ma. Tereza D. P. (Org.). **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. Campinas: Papirus Editora, 2004. p. 105-130.
- MARANHÃO. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. **Situação Ambiental da Região do Baixo Munim**. São Luís: IMESC, 2012. MARANHÃO.
- Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. **Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo do Maranhão: Plano Maior**. São Luís, 2000.
- MARANHÃO. Secretaria Estadual do Turismo. **Plano maior - Maranhão 2020: “turismo a certeza do futuro”**. São Luís: SETUR, 2011.
- MILONE, Paulo César. **Crescimento e desenvolvimento econômico: teorias e evidências empíricas**. In: MONTORO FILHO, André Franco et al. Manual de economia. São Paulo: Saraiva 1998.
- PIRES, Paulo dos Santos. **Sustentabilidade dimensão ambiental**. In: BENI, M. (Org.). Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão. São Paulo: Manole, 2012. p.183.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.



RODRIGUES, Adyr A. B.(Org). **Turismo e geografia: Reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

BORDO, A. A; SILVA, C.H.P et al. **As diferentes abordagens do conceito de território**. FCT/UNESP, 2004. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAfQ0kAB/as-diferentes-abordagens-conceito-territorio/> Acesso em: 23 de janeiro de 2016.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia de; SILVEIRA, Maria Laura. (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996. 308 p.

SANTOS, Saulo Ribeiro dos; TEIXEIRA, Maria Gracinda Carvalho. **Análise do plano de desenvolvimento turístico do estado do Maranhão: potencialidades e entraves na gestão de pólo turístico**. Revista Turismo Visão e Ação. v. 11, nº 02. p. 218-241, 2009.

SILVA, Carlos Henrique Costa da. **O turismo e a produção do Espaço: Perfil Geográfico de uma prática Sócioespacial**. Revista Geografia Ensino e Pesquisa. Vol.16, nº 2, maio/ago, 2012. ISSN 2236-4994. Pag. 47-61.

VASCONCELOS, Marco Antonio; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

